

TEMAS PARA OS PRÓXIMOS NÚMEROS

ANO DA EUCARISTIA
CRISTIANISMO E EUROPA
EVOLUCIONISMO E CRIACIONISMO
CELEBRAÇÕES E REENCONTROS
(DE EINSTEIN A ORTEGA)
A MULHER NA IGREJA E NO MUNDO

PREÇO: 15 €
IVA INCLUÍDO
ISSN: 1645-8788

COIMBRA 2004

ESTUDOS — CADC

NOVA SÉRIE N.º 3 — TOMO I

ESTUDOS

REVISTA DO CENTRO ACADÉMICO DE DEMOCRACIA CRISTÃ



IMACULADA CONCEIÇÃO
CARDEAL RATZINGER E JÜRGEN HABERMAS
CRISTIANISMO E EUROPA
FÉ E CIÊNCIA
KANT, CONGAR, RAHNER
CONCORDATA
EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE
FAMÍLIA E TRABALHO
ARTES
CADC NA HISTÓRIA

NOVA SÉRIE N.º 3 — TOMO I
COIMBRA | DEZEMBRO 2004

BIBLIOTECA GERAL
UNIV. DE COIMBRA
REVISTAS

10
31
19
1

ESTUDOS

Revista do CADC

Nova Série 3

Tomo I

2004

ESTUDOS

REVISTA DO CENTRO ACADÉMICO DE DEMOCRACIA CRISTÃ
NOVA SÉRIE

REVISTA SEMESTRAL

DIRECTOR

José Carlos Seabra Pereira
(pr@cadc.pt)

ics | 124 425

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Centro Académico de Democracia Cristã
(CADC)

<http://www.cadc.pt>

nic | 506 636 690

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Couraça de Lisboa, 30
Apartado 3024
3001-401 Coimbra

CORREIO ELECTRÓNICO | estudos@cadc.pt

TELEFONE | 239 822 483

FAX | 239 841 585

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Gráfica de Coimbra

Julho-Dezembro de 2004

TIRAGEM

1000 exemplares

NÚMERO AVULSO 15 €

ASSINATURA ANUAL (2005) 20 €

ASSINATURA DE ESTUDANTE 10 €

ASSINATURA DE APOIO 30 €

ISSN | 1645-8788

DEPÓSITO LEGAL | 204341/03

Agradecimento à colaboração prestada pela SOPORCEL.

ÍNDICE

TOMO I

EDITORIAL	7
EM LOUVOR DA PADROEIRA DO CADC	
A IMACULADA CONCEIÇÃO E A UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Fernando Taveira da Fonseca	13
A IMACULADA CONCEIÇÃO NA BANDEIRA DA EUROPA – António Manuel R. Rebelo	29
DIÁLOGO DE JÜRGEN HABERMAS E CARDEAL JOSEPH RATZINGER Em torno dos fundamentos morais pré-políticos do Estado constitucional	
APRESENTAÇÃO – João Loureiro	41
TOMADA DE POSIÇÃO – Jürgen Habermas	45
TOMADA DE POSIÇÃO – Cardeal Joseph Ratzinger	57
CRISTIANISMO E EUROPA	
JUNTOS PELA EUROPA – UM ENCONTRO HISTÓRICO – Pedro Vaz Pato	69
A EUROPA DAS INSTITUIÇÕES E A EUROPA DOS CARISMAS TRABALHAM EM CONJUNTO – Romano Prodi	75
EUROPA: HISTÓRIA E ESPÍRITO – Andrea Riccardi	81
A FRATERNIDADE UNIVERSAL: UMA NECESSIDADE PARA A EUROPA UNIDA – Chiara Lubich	85
O CÉU SOBRE A EUROPA. ENTREVISTA A GIOVANNI REALE – Cristina Ugucioni	89
UM CONCEITO FRUTO DE ADMIRÁVEIS SÍNTESES – Franco Cardini	95
OS PAIS DA COMUNIDADE EUROPEIA: DO IDEAL À REALIDADE – Manuel Porto	103
FÉ E CIÊNCIA	
APRESENTAÇÃO: A CRIAÇÃO À LUZ DA TRINDADE DIVINA – Padre João Lavrador	111
CRIAÇÃO «EX NIHILLO» COMO CRIAÇÃO «EX AMORE»: O SEU FUNDAMENTO E CONSISTÊNCIA NO MISTÉRIO TRINITÁRIO DE DEUS – Santiago del Cura Elena	113
EFEMÉRIDES E RECONHECIMENTOS	
KANT E A RELIGIÃO. BREVES CONSIDERAÇÕES – João Duque	175

ESTUDOS

AMAR A FRANQUEZA FACE A CADA VERDADE. Carta de S. Tomás de Aquino a Karl Rahner – Yves Congar	191
KARL RAHNER, UM INQUIETO TEÓLOGO ECUMÊNICO – Mário de França Miranda	197
KARL RAHNER – ALGUNS ASPECTOS DA ACTUALIDADE DA SUA TEOLOGIA – José Eduardo Borges de Pinho	219
AO ENCONTRO DAS MATRIZES DE KARL RAHNER (1904-1984) – Isáias A. Hipólito	233
DA ROMANÍSTICA À FILOLOGIA PORTUGUESA: O MAGISTÉRIO DE PAIVA BOLÉO – Aníbal Pinto de Castro	257
EXPOSIÇÃO – Manuel de Paiva Boléo	265
EM MEMÓRIA DE MARIA DE LURDES PINTASILGO – José Keating	281
O CONCÍLIO – UMA RENOVAÇÃO NA IGREJA – Maria de Lourdes Pintasilgo	287
ANTÓNIO DE SOUSA FRANCO – O POLÍTICO E O CIDADÃO – Guilherme d'Oliveira Martins ..	299
ANTÓNIO LUCIANO DE SOUSA FRANCO – Manuel Porto	303
O CONCÍLIO E O MUNDO – António Luciano de Sousa Franco	309
D & D – D, DE DERRIDA & D, DE DESCONSTRUÇÃO – Fernanda Bernardo	321

CONCORDATA

CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA 2004	363
CONDIÇÕES CONCORDATÁRIAS DA ASSISTÊNCIA RELIGIOSA – Cónego João Seabra	375

EDUCAÇÃO

RUMOS PARA RENOVAR A UNIVERSIDADE. Progredir na investigação, inovar no ensino, remodelar a carreira académica – Manuel Viegas Abreu	389
DO INDIVIDUALISMO DA CARREIRA DOCENTE UNIVERSITÁRIA À CRISE INTERNA DA UNIVERSIDADE – Jorge André	411
NOTA BIBLIOGRÁFICA SOBRE O LIVRO: “JOSEMARIA ESCRIVÁ E A UNIVERSIDADE” – Jorge André	421
ENSINO PRIVADO – DO PASSADO AO PRESENTE – Jorge Cotovio	427
SOBRE O ENSINO PRIVADO – Roberto Carneiro	471
NOTA DE LEITURA SOBRE AVENIDAS DE LIBERDADE – REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA EDUCATIVA – Manuel Joaquim Matos	477

FAMÍLIA

A CARTA PASTORAL DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA SOBRE «A FAMÍLIA, ESPERANÇA DA IGREJA E DO MUNDO» – Padre João Lavrador	481
JOVENS E FAMÍLIA – João Carlos Loureiro	489
SANTA GIANNA BERETTA MOLLA (1922-1962) MEDICINA E MATERNIDADE <i>AMORIS CAUSA</i> – Margarida Miranda e Isáias A. Hipólito	539
COMO A COMUNICAÇÃO SOCIAL TRATA OS PRONUNCIAMENTOS DA IGREJA ACERCA DA FAMÍLIA – P.º João Lavrador	545
A PROBLEMÁTICA FAMILIAR NA TRAGÉDIA <i>MEDEIA</i> DE EURÍPIDES – Martinho Tomé Martins Soares	553

ÍNDICE

TOMO II

ESCRITOS

SEMANAS SOCIAIS FRANCESAS E PORTUGUESAS – Manuel Porto	569
A REFORMA DA LEGISLAÇÃO LABORAL – PARA UMA ABORDAGEM AO CÓDIGO DO TRABALHO – Ayres de Sá	573
<i>E PLURIBVS VNVM</i> – DO LEMA À PROMOÇÃO DO IDEAL – António Manuel R. Rebelo	587
UMA ENTIDADE SENHORIAL EM SANTIAGO DO CACÉM – A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA (1689-1729) – Sandra Cristina Patrício da Silva	597
AS PROPRIEDADES DA CONFRARIA DE S. FRANCISCO / SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE SOR NO ÚLTIMO TERÇO DO SÉCULO XVIII – Ana Isabel Coelho Pires da Silva	645
ESTRUTURAS FAMILIARES DA ALTA DE COIMBRA. TOMOS III, IV, V E VI DO ROL DE CONFESADOS DA PARÓQUIA DA SÉ NOVA DE COIMBRA – Alexandre Manuel Monteiro Pinto e Rafael Marques Vigário	701

ARTES

CENTENÁRIO DE CARLOS SEIXAS: PEQUENO CONTRIBUTO PARA O CATÁLOGO DAS OBRAS VOCAIS SACRAS – Padre Pedro Carlos Lopes de Miranda	721
MANUEL IVO CRUZ – MEIO SÉCULO DE UM MAESTRO – José Maria Pedrosa Cardoso	727
JOÃO CONDE VEIGA – A PAIXÃO DA ESCRITA – António Leite da Costa	731
<i>TERMINAL DE AEROPORTO</i> – ATERRAGEM NA (IN)TOLERÂNCIA HUMANA – Padre Francisco Rebelo ..	735

CADC NA HISTÓRIA

NAS ORIGENS DO C.A.D.C.: I – O Centro Académico de Propaganda Católica – Isáias A. Hipólito	739
---	-----

10
31
19
1

EDITORIAL

1. Como diria um dos maiores filósofos contemporâneos, Jürgen Habermas, em intervenção recente que adiante publicamos, aqui estamos de novo a agir em conformidade com o potencial de verdade da nossa concepção religiosa do mundo e a exercer o nosso direito (a cumprir o nosso dever) de intervir, segundo tal perspectiva religiosa, no debate público de ideias, procurando traduzir contributos relevantes numa linguagem apelativa para os homens do nosso tempo – cujos corações, aliás, só Deus em verdade conhece (como relembra o documento *Onde está o teu Deus?* difundido, neste ano de 2004, pelo Conselho Pontifício da Cultura).

Sem embargo de mantermos em aberto a reflexão crítica sobre o que tem podido ser o relançamento desta revista *Estudos* e de persistirmos no intento de alterar-lhe algumas componentes ou colmatar-lhe algumas lacunas (por exemplo no âmbito das notas de leitura e recensões), é com satisfação que olhamos o caminho já percorrido. No acolhimento da inevitável heterogeneidade temática (mais aparente, todavia, que profunda) e no respeito pelo diferente perfil intelectual e espiritual dos colaboradores, julgamos que têm prevalecido um nexó íntimo de princípios e valores, um desejo de atenção ao Magistério e de discernimento evangélico, uma orientação de exigência cultural e de testemunho vivencial, que com naturalidade constituem a presente Série dos *Estudos* em congruente prossecução do legado da sua longa Série I e em boa aplicação dos actualizados Estatutos do CADC.

Traz-nos renovada confiança podermos retomar a caminhada com este alentado volume do órgão do CADC, a vários títulos extraordinário. A publicação de textos de grandes figuras do pensamento contemporâneo, da Hierarquia e de movimentos católicos, das instituições comunitárias e universitárias europeias – nada menos que Jürgen Habermas e Cardeal Ratzinger, Romano Prodi e Geovanni Reale, Andrea Riccardi e Chiara Lubich, entre outros –, garante uma qualificação excepcional, ao passo que factores vários conduzem a uma extensão anómala na tipologia das revistas. Decidimos não evitar, desta vez, dimensão tão dilatada para, sem abdicarmos de componentes conaturais (como os artigos ou ensaios da autoria de jovens estudantes), correspondermos à pertinência de largas solicitações: a pluralidade das questões candentes abordadas nos *dossiers* iniciais e cuja discussão se afigura mais inadiável após longa ausência do órgão de reflexão e de manifestação doutrinária que os *Estudos*

pretendem ser; a profusão de efemérides que apelam a uma rememoração reconhecida de legados intelectuais e apostólicos (desde Yves Congar e Karl Rahner até Paiva Boléo, Sousa Franco e Lurdes Pintasilgo) e a um reconhecimento indagador de heranças problemáticas (desde Kant bicentenário até Derrida recém-falecido); enfim, a riqueza de temas cuja análise havíamos apenas iniciado (Europa e Cristianismo, Fé e Ciência – Criação, etc.) ou anunciado (Educação, Família, Trabalho). Em todos esses domínios achámos que os *Estudos* deviam vir marcar posição e traçar rumo.

2. No 150º aniversário da definição dogmática da Imaculada Conceição, o CADC associou-se às celebrações da Igreja universal e da Igreja portuguesa e reavivou a veneração à sua Padroeira – o que se refracta nos *Estudos* através da revisão de aspectos marcantes da sua presença histórica na cultura nacional, assim como através da análise da iconografia mariana na simbologia institucional da Europa.

Começamos a consumir o nosso desígnio de colaboração internacional, entre o CADC e os *Estudos* e associações, movimentos, organizações de relevo na vida religiosa e cultural do mundo contemporâneo. Assinalamos, muito gratamente, os primeiros frutos desse relacionamento, que nos são proporcionados pela generosa cooperação da Academia Católica na Baviera e das revistas *Città Nuova*, *Letture*, *Jesus* e *Estudios Trinitarios*.

Sem suspendermos o inquérito sobre os vínculos da Europa ao Cristianismo, temos entretanto o ensejo de reunir textos muito elucidativos de grandes nomes da construção europeia pela conjugação dos carismas religiosos com as instituições civis.

No momento em que a actuação da Igreja em prol de uma «grande aliança entre ciência e fé» se vê de novo reconhecida através da atribuição ao Papa do prémio *Ettore Majorana – Ciência pela Paz* (que os membros da World Federation of Scientists justificaram pela amizade de João Paulo II para com a comunidade científica, «pela sua coragem na defesa da ciência e pela sua extraordinária obra de promoção cultural»), prosseguimos com a reflexão e o debate em torno da relações da Fé e da Ciência a propósito do problema da criação. Damos voz, desta vez, a profunda exposição sobre a Criação *ex amore* numa perspectiva de teologia trinitária, antes de nos próximos números de *Estudos* acolhermos análises e defesas de teorias de *intelligent design* ou de (neo-)evolucionismo.

De importância iniludível no plano da sociedade civil e da cidadania, a ratificação da nova Concordata entre a Santa Sé e o Estado português merece particular atenção a associações como o CADC que desejam promover a presença dos valores cristãos no espaço público e no ordenamento da vida social. Os *Estudos* dão agora singelo contributo para o conhecimento do texto concordatário e encetam a análise de alguns dos seus aspectos.

A área da Educação e, em especial, a da Universidade – que aliás também são contempladas na Concordata e foram postas em evidência na cerimónia protocolar em Portugal – começam a merecer no presente volume da nossa revista a atenção e o debate de que não podemos abdicar, mormente em conjunturas de arrastamentos, conflitos e incertos anúncios como é aquela que hoje nos perturba. O mesmo se diga a respeito da problemática familiar, domínio em que os *Estudos* procuram corresponder à celebração do 10º aniversário da instituição do Dia Internacional da Família e à passagem de 20 anos sobre a publicação da carta encíclica *Familiaris Consortio*.

3. No modo como vamos tentando cumprir os desígnios fundacionais – em espírito de abertura e de convicção doutrinal, não de pregação acrítica nem de disponibilidade relativista –, a nossa revista milita sobretudo naquela frente de edificação que na vida do CADC sempre foi referenciada como «estudo»; mas não quer nem pode fazê-lo sem reflectir a importância da «piedade» e das «obras» na realização cristã do Homem que os sócios do CADC procuram personificar e difundir no meio académico. Porventura é chegada a hora de mais evidenciarmos os altos exemplos de santificação existencial que a história do CADC e da Igreja, da inteligência coimbrã e portuguesa, oferecem aos nossos tempos para iluminarem uma elevação no amor fraterno e na piedade (aliás, indissociáveis). O presente número de *Estudos* aponta nesse sentido, sobretudo se lido na perspectiva de que a piedade própria de cristãos esclarecidos no contexto actual há-de cultivar as inalienáveis feições de contemplação e devoção, mas também há-de empenhar-se na transformação do mundo circundante pela fé alicerçada na convicção doutrinal e vivida na vocação apostólica.

Esse desejo de *piedade profética* impõe-se no CADC e nos *Estudos* de hoje porque é o signo cristão do nosso próprio entendimento de cultura – ela mesmo com motivações e consequências existenciais, em perspectiva cristã do que Vergílio Ferreira sintetizava: «A cultura começa quando se nos põe a vida em questão.»

Via pietatis, via sapientiae... também é *via pulchritudinis* o caminho cultural e espiritual que no CADC e nos *Estudos* procuramos percorrer, seguindo Aquele que é Caminho, Verdade e Vida. Tal como já vem ocorrendo nas actividades do CADC, através de exposições, concertos corais, sessões de cinema, audições comentadas de peças musicais e várias modalidades de intersecção do debate de ideias com a fruição das artes, procuraremos que os *Estudos* reflectam acentuadamente, em especial através da consolidação ampla da secção «Artes», esse empenho na *via pulchritudinis* de elevação para Deus.

Assim, de todos esses modos, neste tempo de Advento/Natal inscrevemos no horizonte da aurora cristã o anseio de realização humana na intersubjectividade, isto é, o projecto de uma activa comunidade de Fé em que (parafra-seando o grande pensador do princípio dialógico, Martin Buber) a vida se cumpre no diálogo entre Céu e mundo.

UM CONCEITO FRUTO DE ADMIRÁVEIS SÍNTESES*

Franco Cardini**

No presente ano, a União europeia alargou-se a 25 estados membros, incluindo mais dez países. Esta deslocação das fronteiras geográficas (substancialmente em direcção a Leste) representa uma ocasião válida para traçar o perfil histórico e político desta Europa cada vez maior. Procura-se no passado um conceito ou uma ideia unitária que possa dar fundamento ao actual processo político.

A Europa é um conceito *in fieri*. Para os antigos e para a Idade Média, era somente uma das três partes em que se dividia a *ecumène*, a terra habitada e circundada pelo Oceano. A tradição medieval atribuía à Europa o primado das armas, à Ásia o das riquezas, à África o do saber: deste modo qualificava-se precisamente aquela tripartição em *bellatores*, *oratores* e *laboratores*, que, para Georges Dumézil, era típica das culturas indoeuropeias.

A Europa moderna, a propósito da qual nos questionamos se pode ser considerada titular de uma “identidade” própria ou se deve ser entendida – segundo uma bela expressão de Massimo Cacciari – um “arquipélago”, nasceu na Idade Média a partir de duas rupturas sucessivas: aquela entre *pars Orientis* e *pars Occidentis* do Império romano, no fim do século IV, que marcou uma divisão pelo menos institucional entre uma área ocidental euroafricana e outra oriental euroasiática; e outra ainda constituída a partir do aparecimento e da propagação, a partir do século VII, do Islão, que restringiu a *pars Occidentalis* às áreas norte-mediterrânicas latinófonas. Na realidade, a verdade é que, depois de Carlos Magno, é precisamente esta *pars Occidentalis* latina que se alargará em direcção ao Norte e a Leste, contribuindo para a fundação da Europa nos seus limites modernos, nela incluindo já também os mundos germânico, báltico e, pelo menos em parte, o eslavo. A Europa dos sonhos de união e das utopias

* Artigo publicado no n.º de 2004 da revista *Lecture*, órgão a que endereçamos o nosso público agradecimento pela gentileza na cedência dos direitos de publicação.

Tradução de Manuel Ferro.

** Professor de História Medieval na Universidade de Florença

surgiu a partir do cansaço das violências do “século de ferro”, entre o XVI e o XVII, e consubstanciou-se antes de mais com base na *mutua inter christianos tolerantia* de lockiana memória, para depois se articular, através do projecto kantiano de paz, com as sucessivas formas do “conceito das nações”. Essa Europa – que já não era a *Christianitas* latina medieval, mas que encontrava a sua unidade na autoridade, também problemáticamente reconhecida, dos dois *luminaria*, o Papa e o Imperador – encontrava uma fronteira não tanto a Oeste (uma vez que, para além do Atlântico, os sistemas coloniais ingleses, espanhóis e portugueses tinham de qualquer modo fundado “Europas fora da Europa”, diferentes das possessões coloniais europeias da Ásia ou da África), mas mais em direcção a Leste e a Sueste, isto é, junto das fronteiras dos dois grandes impérios euroasiáticos cristão-ortodoxo e muçulmano-sunita, o russo czarista e o turco otomano, ambos herdeiros de um modo e de um sentido diferente da tradição imperial e da realidade cultural bizantina. Também por esse motivo, a Europa identificava-se com a Cristandade ocidental, fosse católica, fosse reformada, no seio da qual se tinha desenvolvido aquele processo que denominamos de “laicização”.

Um continente em devir

Heródoto, e mais tarde Plínio, e na sua esteira os geógrafos medievais, tinham já delineado de modo bem claro o conceito de Europa, não só como o “lugar” a ocidente do Egeu, contraposto à Ásia como o “lugar” a oriente, mas também e sobretudo como o lugar da vida à dimensão do homem, de liberdade, de equilíbrio, de racionalidade, de justiça, de razão, em contraposição com a Ásia, lugar do arbítrio, de tirania, de magia.

Por conseguinte, a génese da Europa, nata da síntese romano-cristã (parece pleonasma falar de uma tradição hebraico-cristã, a partir do momento em que o judaísmo é um pressuposto intrínseco do cristianismo) e do contributo das culturas que progressivamente entraram em contacto com a *pars Occidentis* do Império entre os séculos IV e XIII, é uma história de um *werden*, de um fazer-se, de um devir. História de um continente que parece ter fixado “desde sempre”, isto é, desde os geógrafos gregos, os seus confins setentrionais, desde o glacial Don ao brumoso Ponto Euxino a Leste: mas que só lenta e gradualmente, em treze séculos de História depois de Cristo e em dez depois da repartição teodosiana do Império, alcançou concretamente aquelas fronteiras.

O “fazer-se” da Europa foi progressivo e fatigante, muito diferente de um processo harmónico e homogéneo. A parte do continente europeu na posse do Império Romano não passava a Leste do Reno e a Norte do Danúbio: e, sobretudo, não existia – nem de um lado, nem do outro do *limes* – qualquer consciência continental. Portanto, seria absurdo fazer a História de um continente

que ainda nem é qualificado como tal, *terra incognita* de florestas e de charnecas, percorrida por povos que se deslocam por motivos de solicitações climáticas ou de pressões de outros nómadas: se nos interessam a consciência e o conhecimento, urge olhar para a *pars Occidentis* do Império, para a área menos rica, menos povoada, menos feliz, menos culta, menos civilizada. A herança de Honório, que gerações de livros escolares consideraram o herdeiro privilegiado porque senhor do Ocidente (ignorando de facto que só a partir do século XIII o Ocidente teria empreendido a escalada da conquista do mundo), era des centrada e menos favorecida face à *ecumène* mediterrânica, que tinha os seus vértices nos três grandes empórios de Constantinopla, Antioquia e Alexandria.

A História da Europa inaugura-se, portanto, no signo da continuidade perante a civilização romana. Mas também perante a descontinuidade: é a contínua desagregação da *pars Occidentis*; mas também é, ao mesmo tempo, o progressivo acolhimento no seu seio de um *limes* permeável e flexível de novos contributos, das *gentes* germânicas e uralo-altaias; mas conta ainda com a participação dos *bárbaros* na herança romana através da cristianização e, por conseguinte, o seu ingresso na *res publica christianorum*, no *cosmos* bem regulado, no vértice do qual estão a lei e o *imperium*, o soberano universal, imagem de Cristo sobre a terra, a par dos Apóstolos.

Continuidade perante Roma, sentido de agregação e vontade de pertença, permanência de latinofonia e de latinografia, aculturação pagã-cristã e experiência de convivência entre itálicos e germânicos, celtas e germânicos, celtiberos e germânicos: os caracteres de fundo do futuro continente europeu – continente por autoconsciência, não pelo enquadramento espacial ou institucional – vão-se gradualmente delineando, para além daquela que Arnaldo Momigliano definiu como a “queda silenciosa” da *pars Occidentis*. O Império romano é outra coisa, que não renuncia à sua presença e às suas prerrogativas, e que, confirmada a sua capital sobre o Bósforo, resistirá ainda mais um milénio.

A Europa nasce, assim, na periferia do Império e na periferia Norte-Ocidental com respeito a Roma; e consolida-se na memória de Roma, nos sucessivos “renascimentos” – o carolíngio, o otoniano, o do século XII – até ao Renascimento, que para nós, é por excelência o mais importante. A Europa nasce da continuidade da *pars Occidentis* e das sucessivas integrações-aculturações “barbáricas”; nasce do superação das crises demográfica e sócio-económica tardo-antiga, da *subita procella* islâmica e da sucessiva retoma com base na distinção entre os dois milénios. É a História que temos de tentar recontar e repensar à luz dos valores cristãos, convencidos de que não existe um sentido imanente da História, mas confiantes numa História como epifania dos desígnios divinos; e convencidos precisamente pelo facto – antes de mais como acto de Fé, do que como escolha de método – de que o único modo de definir a Europa no seu devir é, na realidade, escrever a sua História.

Uma falsa invasão

Que a Europa culturalmente e liturgicamente “latina” fosse a sede por excelência – se não exclusiva – da Cristandade, era talvez um conceito errado, ou quanto muito excessivo (acompanhado como era por uma subvalorização da realidade “bizantina”), mas pode-se dizer concorde entre os autores medievais. Com isto, radicou-se a ideia de que quem não era cristão, mesmo que morasse em território europeu, aí se tinha instalado como estrangeiro ou como invasor. Assim o anônimo clérigo toledano que, por meados do século VIII, ao prosseguir na sua *Continuatio Hispanica* as *Historiae* iniciadas por Isidoro de Sevilha, saudava como *Europenses* os vencedores da batalha de Poitiers de 732 (que teve lugar, segundo outros, em 733). Mas aqui, podemos questionar-nos se ele se sentiria, por sua vez, *Europensis* enquanto cristão, ou simplesmente na medida em que a Península Ibérica reentrava na Europa de acordo com os termos geográficos romanos; ou se talvez tal nem sequer fosse tido em conta, desde que os árabes-berberes, invadindo a Península Ibérica, tinham-na englobado no *dar al-Islam*. O que postularia, na realidade, fronteiras móveis e uma rigorosa alteridade entre a Europa e o *dar al-Islam*; e excluiria a possibilidade de falar de uma “Europa muçulmana” quando se quisesse aludir aos territórios conquistados pelo Islão e povoados por gentes já muçulmanas ou recém-convertidas à nova fé.

É antiquada e estéril a discussão se Poitiers tenha parado a invasão muçulmana do continente europeu, ou se tenha sido antes o sintoma do cansaço dos invasores, que a partir de então deixaram de ter o ímpeto para prosseguirem mais além: quer porque aquele feito de armas aparece de todo circunscrito, quer porque é impróprio, perante a expansão do Islão nos séculos VII-X, falar de invasão. Os árabes teriam deixado de poder dispor, no seio da sua sociedade, de guerreiros tão numerosos para ocupar em poucas décadas um território que se estendia das Colunas de Hércules ao Indo e do Sir Darya no sentido da longitude, e do Cáucaso à Núbia, no da latitude: desde as campanhas dos califas, imediatos sucessores do profeta, isto é, a partir dos anos trinta do século VII, a expansão do Islão deixou de corresponder a uma conquista militar torrencial, imparável – e tanto menos a uma *Völkerwanderung* –, mas antes a um processo nem sempre coerente e contínuo de conquista e de conversão, em substância nunca provocada e tanto menos imposta, de grupos pertencentes a sociedades esgotadas ou em crise.

Torna-se inútil redimensionar o peso e o papel da batalha de Poitiers: por quanto seja justo apelar à prudência quanto às minimalizações e às “desmitizações”, também se deve dizer hoje em dia que já ninguém acredita na sua importância resolutive. O “mito” daquele recontro sobrevive ainda hoje sobretudo como lugar-comum dos meios de comunicação: e, por outro lado, nada há de mais árduo que erradicar um lugar comum dos meios de comunicação.

Sabemos bem que foi a propaganda franca e pontifícia a exaltar a vitória conseguida na estrada entre Tours e Poitiers, alguns quilómetros a nordeste da confluência do rio Vienne com o Creuse, para confirmar a glória da nação “primogénita da Igreja de Roma”. Ao mesmo tempo, também havia a intenção de eclipsar a fama do *basileus* Leão III Isaurico, que, em 718, tinha obrigado os muçulmanos a abandonar o assédio posto no ano precedente a Constantinopla e que teria validamente contrariado o seu poder sobre os mares, mantendo o controle dos Mares Negro, Egeu e Mediterrâneo central, de modo a dissuadi-los por muito tempo de realizarem ulteriores tentativas de penetrar na Península da Anatólia. Mas os fiéis da Igreja latina não podiam, por certo, glorificar Leão III, um iconoclasta; mais tarde, também lhe seria negada a pertença àquela civilização bizantina que um tenaz preconceito ocidental induziu durante um longo período a descrever como vil, decadente, degenerada.

Aquilo que o mito de Poitiers contribuiu para dissimular a nós, modernos, é, de facto, mais do que o próprio silêncio, as escassas e pouco precisas referências das fontes europeias coevas com respeito ao Islão. É conhecido, por outro lado, que o período correspondente à grande explosão das conquistas muçulmanas foi também um longo momento de forte depressão do mundo euro-ocidental: silêncio ou notícias inadequadas devem-se, portanto, e antes de mais, à desinformação ou à ignorância. Todavia, também é verdade que, no clima de então, se tornava difícil, e tudo somado inútil, distinguir os muçulmanos de outros invasores ou incursões: nem teria feito sentido valorizar a sua importância e significado particulares. Foi escrito que o eclipse do Império romano do ocidente, na segunda metade do século V, foi uma “queda silenciosa”; provavelmente para a Europa, pelo menos do século VII, também o avanço islâmico foi, de modo paralelo, silencioso. Ou melhor, o seu rumor confundia-se com outros. Em confronto, por exemplo, as fontes muçulmanas falam também de Poitiers, referindo o episódio como “Balât al-Shuadâ”, o “Caminho dos Mártires”, e atribuem-lhe igualmente uma importância bem menor.

Não nos podemos admirar por certo com o que acontece no Ocidente europeu deprimido e subdesenvolvido, a partir do momento em que as fontes bizantinas, bem mais informadas, atestam que, no Oriente, apenas relativamente tarde se aperceberam que os muçulmanos não eram *barbaroi* como os outros; e nem tão pouco se aperceberam da importância do Islão enquanto nova fé.

Cristandade, Islão, Judaísmo

A Europa como *Christianitas* latina foi-se fundando e constituindo em torno de uma vontade dinâmica dos bispos de Roma, que progressivamente souberam organizar e unificar os diferentes modos de ser cristãos que tinham

sido típicos das populações bárbaras: ao cristianismo “romano” foram sucessivamente conduzidos, entre os séculos V e VIII, os germanos que tinham sido cristianizados num primeiro momento por missionários arianos, e mais tarde – através da autoridade régia franca no continente, anglo-normanda no mundo insular britano-céltico – os celtiberos, protagonistas de uma florescente cultura cristã irlandesa que deixou uma marca profunda na sua terra de origem e no próprio continente, onde, entre os séculos VII e IX, monges e missionários irlandeses tanto tinham contribuído para difundir e radicar a fé. Os monges-missionários beneditinos e irlandeses, mais tarde os missionários, os guerreiros e os mercadores germânicos no Nordeste europeu, a Leste os “bizantinos” Cirilo e Metódio, determinaram a completa cristianização da Europa. No mundo latino, as peregrinações, as cruzadas, a construção dos edifícios das grandes abadias e das grandes catedrais, com as escolas e os *scriptoria* anexos, e, por fim, as universidades foram os grandes agentes da construção de uma cultura unitária, expressão da qual foram a filosofia escolástica, o direito romano renovado, o uso do latim como língua litúrgica, jurídica e cultural comum.

Para além disso, o Islão tinha entrado, por seu lado, a partir do século VIII, numa relação especial com aquela que até ao século XV pode ser considerada a Cristandade latina. A Europa sofreu três vagas islâmicas sucessivas em três áreas distintas do seu espaço continental: entre o Mediterrâneo, com as suas grandes ilhas, e a Península Ibérica, da parte do mundo islâmico-africano, entre os séculos VIII e XI; de seguida, na sua região oriental, da parte da Horda de Ouro mongol islamizada no século XIV, entre os séculos XIII e XVI; finalmente, entre o Mediterrâneo e a zona continental a Sueste, por parte dos turcos otomanos e dos seus (pelo menos, formalmente) vassallos barbarescos, entre o século XV e XVIII. Em suma, entre a Idade Média e o século XVIII, o mundo islâmico em geral e, mais especificamente, o poder turco e os principados corsários barbarescos, depois, foram um importante elemento de “alteridade”, que ajudou a Europa a definir-se em relação e em contraste com ele. Ao mesmo tempo, as relações culturais e económicas, o peso das culturas muçulmanas (bem como o da judaica da diáspora), no renascer ou no aparecimento *tout court* de uma filosofia e de uma ciência ocidental, enfim, a longa permanência do Islão em áreas geográficas de inequívoca esfera europeia (Sicília, Espanha, Península Balcânica, Península Trácia, ainda hoje chamada pelo facto “Turquia europeia”) são factores que induzem hoje a pôr-se – também em contacto com uma problemática precisa, por exemplo, a do ingresso da Turquia na União Europeia – o problema do Islão como um elemento histórica e dinamicamente não estranho e quiçá “alternativo”, se não mesmo “hostil” com respeito à Europa, assim como seu elemento constitutivo. A existência de um “Islão europeu” e de uma Europa muçulmana nada têm de escandaloso: são mais um prova do carácter dinâmico da sua realidade identitária. A completar o quadro, deve-se recordar o extraordinário contributo para essa cultura por parte do judaísmo

da diáspora, “estranho” à Europa até porque ela é identificada com a Cristandade – o mesmo é dizer, um bloco no seio do qual o Cristianismo não é só uma presença religiosa generalizada e totalizante, mas também, e antes de mais, a medida sobre a qual, pelo menos, formalmente se modelam as instituições e a cultura –, mas ao mesmo tempo um contributo “interno”, se não mesmo “intrínseco” perante ela sob múltiplas perspectivas, desde o económico ao intelectual (e basta mencionar o contributo qualificador e determinante da *Kabbala* para a cultura exegética e hermética da Europa cristã).

Uma complexidade de valores

À permanente e à periódica renovação da tradição greco-latina instituída e formalizada na cultura “clássica”, ao islão, ao judaísmo da diáspora, às tradições pré-cristãs célticas, germânicas, eslavas, ilíricas, uralo-altaicas e bálticas variadamente folclorizadas e absorvidas em áreas geo-históricas diferentes do continente europeu através da pluralidade dos processos aculturativos e, de seguida, latentes nas diferentes formas da memória comunitária, e, para além disso, frequentemente solicitadas e revitalizadas, quiçá ambigualmente, naquilo que Eric Hobsbawn definiu como “a invenção da tradição” – a tudo isto se deve o carácter complexo e compósito da cultura e da identidade europeias, refractárias à *reductio ad unum* e, ao contrário, constituídas pelo sua própria complexidade e irredutibilidade recíproca. É correcto pensar nas raízes cristãs da Europa, mas não parece possível considerá-las como únicas: a Europa não é uma cenoura, não tem apenas uma raiz “aprumada”, mas antes raízes múltiplas, ramificadas, entrelaçadas entre si.

Mas, à luz de tudo isto, parece necessário reforçar quanto é problemático pensar a Europa sob o signo da unidade. Esta pareceria a proposta de quantos – historiadores e políticos – defendem, por exemplo, que Carlos Magno seja também um incómodo e discutível *pater patriae*: mas é, na verdade, possível pensar na Europa como uma “pátria” – mais no sentido de *Vaterland*, do que no de *Heimat* – e anunciar um amanhã em que cada europeu poderá olhá-la como o *my country*, e sentir a União no seu complexo da mesma forma que os norte-americanos sentem para além do próprio Estado, do qual cada um deles é cidadão. Também a União pensa no plural, como *United States of America*: e parece que nem sequer neste caso o *Ex pluribus unum* da orgulhosa divisa pública se tenha por completo traduzido na realidade. Se a América de Washington e de Lincoln permanece “una e divisível”, como a definiu polemicamente Sergio Bertelli, poderá acontecer com mais probabilidade que a unidade seja alcançada e que a divisibilidade seja superada no nosso velho continente, se o confrontarmos com os Estados Unidos. É assim tão importante uma tradição tão antiga, rica e profunda, de pátrias e nações, em que frequen-

temente umas estão viradas contra as outras? Ou, pelo contrário, não se deverá antes pensar que não foi a experiência unificadora carolíngia (e as suas sucessivas expansões e agregações em direcção a Norte e a Leste), mas sim a desagregação do Império de Carlos Magno – por conseguinte, a revelação de uma “falsa partida”, se não mesmo uma falência – a ter revelado a si própria aquela Europa medieval que era já “moderna” nas suas diversidades, no seu particularismo, na sua realidade policêntrica, plurinacional e plurilinguística, na sua dinâmica feita de expansão, mas também de lutas internas, em suma, a dever ser concebida como um “arquipélago”? De facto, não são as desagregações e as discontinuidades a proporem-se como “parteiras violentas” da Europa? Não é, pois, nos aspectos e nos momentos de crise e de divisão interna do seu conjunto – a fragmentação do império carolíngio, o aparecimento das monarquias feudais e das livres comunidades urbanas e territoriais *superiorem non recognoscentes*, a renúncia à manutenção do bloco habsbúrgico sancionado pela abdicação de Carlos V, as antigas e profundas rivalidades anglo-francesas, franco-alemãs, franco-espanholas, germano-polacas, para não referir o problemático e marginal “europeísmo” da Rússia a partir de Pedro o Grande e da Turquia, a partir de Mustafá Kemal – que a Europa revela a sua essência profunda, que só se entende se, quando e na medida em que se aceite não considerá-la do ponto de vista da definição das suas fronteiras (que, pela sua natureza, são dinâmicos e susceptíveis de serem de contínuo postos em discussão), mas antes a partir do ponto de vista do seu centro propulsor? Mas este centro propulsor, por sua vez, de hoje em diante, deixa de poder ser identificado com qualquer força, ou com qualquer momento histórico específico, mas antes no vivo processo de crescer e de definir-se “aberto” pela sua consciência identitária.

OS PAIS DA COMUNIDADE EUROPEIA: DO IDEAL À REALIDADE*

Manuel Porto**

Passados quase sessenta anos desde a assinatura dos Tratados constitutivos da Comunidade Económica Europeia e do Euratom (mais alguns desde a assinatura do Tratado constitutivo da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), é interessante procurarmos ver em que medida a realidade terá vindo a corresponder ao ideal dos Pais da Comunidade Europeia – ideal inscrito num horizonte de valores com matriz cristã e prosseguido, desde Schuman até De Gasperi ou Adenauer, como imperativo da consciência cristã de cidadania.

1. Remonta a pensadores muito anteriores a ideia de uma Europa unida, ou pelo menos mais unida. Mas o projecto actual foi idealizado no decurso da 2ª Guerra Mundial, com a imagem viva do descalabro provocado e a noção muito clara das nossas responsabilidades perante os nossos cidadãos e perante o mundo. Nas palavras de Adriano Moreira, “ambas as guerras, a de 1914-1918 e a de 1939-1945, foram qualificadas de mundiais, com o esquecimento comum de acrescentar que foram mundiais pelos efeitos, mas exclusivamente ocidentais pelas causas”; sendo especialmente duras as palavras de Eduardo Lourenço: “a utopia europeia em marcha foi, é, a resposta que se nos impôs às nações pilotos dessa mesma Europa para domesticar, e desta vez, de mútuo acordo, a sua intrínseca barbárie, a sua demoníaca inquietude que fez delas (e de nós) o Fausto da história mundial”.

* Este texto, actualizado, corresponde em grande medida à comunicação apresentada nas Jornadas de Teologia/2004 organizadas pelo Instituto Superior de Estudos Teológicos de Coimbra.

** Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
Ex-Deputado europeu. Presidente mundial das ECSA (European Community Studies Associations).